

AVALIAÇÕES EXTERNAS EM LARGA ESCALA: COMPREENSÕES E EXPECTATIVAS DOS FAMILIARES DE EDUCANDOS

Arlindo Caitano da Silva (PPGEd/UFCG) - Bolsista CNPq
arlindo.caitano@hotmail.com

Introdução

A presente pesquisa, em desenvolvimento no âmbito da Linha 1 - História, Política e Gestão Educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGEd/UFCG), vem analisando as compreensões e expectativas de pais/responsáveis de estudantes matriculados em escolas públicas de ensino fundamental acerca das avaliações externas em larga escala. Tais políticas têm se tornado uma constante nas políticas educacionais no país desde a década de 1990, e consistem em “mecanismo de controle e de regulação estatal” (Silva; Silva, 2023).

O texto apresenta alguns dados já coletados na investigação, que vem sendo realizado por meio de revisão bibliográfica sobre a participação dos pais/responsáveis na vida escolar dos filhos e sua relação com a escola; análise de documentos de política educacional, segundo as orientações de Evangelista (2008) “oferecem pistas, sinais, vestígios e compreender os significados históricos dos materiais”, identificando como a família aparece na Constituição Federal (1998), no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); e realização de entrevistas semi-estruturada com pais e responsáveis de estudantes matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental.

O estudo tem como *locus* o município de Orobó/PE, selecionado pelos elevados índices educacionais reconhecido no estado de Pernambuco.

O trabalho está organizado em três momentos. O primeiro indicando a revisão bibliográfica e análise documental, investigando a participação da família na educação e sua relação com as avaliações externas em larga escala. No segundo momento, descrever a realização das entrevistas semi-estruturada com pais e responsáveis de alunos do 5º ano do ensino fundamental, buscando compreender suas percepções e expectativas sobre as avaliações externas. Por fim, o terceiro momento, apontando o processo de análise dos dados coletados, utilizando a metodologia de análise de conteúdo

de Bardin (2011).

Desenvolvimento

Apesar da centralidade das avaliações externas em larga escalas na política educacional brasileira, nas últimas três décadas, a revisão bibliográfica identificou a ausência do tema da participação e compreensão dos pais/responsáveis/família sobre essas políticas na literatura acadêmica brasileira.

No processo de revisão bibliográfica, realizada na *SciELO*, considerando as publicações de 2007 a 2023, foram identificados 31 trabalhos que fazem menção à participação da família na vida escolar dos filhos e sua relação com a escola, distribuídos em 6 temáticas, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Temáticas abordadas nos artigos selecionados sobre a participação dos pais na educação dos filhos

	Temáticas	N.º de artigos
1.	Acompanhamento do desenvolvimento das crianças pelos pais	15
2.	Relação escola - família de estudantes da educação especial/inclusiva	7
3.	Trajetórias sociais, família, escolaridade e trabalho	4
4.	Relação Família-Escola: Levantamento da Literatura	3
5.	Definições legais sobre os pais na escola	1
6.	Avaliação externa da educação básica	1
	TOTAL	31

Fonte: *SciELO* (2003-2024). Elaborado pelo autor.

A ausência de estudo na área, também foi percebida por Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 100), que afirmaram a existência de um “baixo desenvolvimento de pesquisas científicas voltadas à intersecção que se estabelece cotidianamente entre a família e a escola” revelado pela “ausência de publicações suficientemente atuais nesta temática.” Considerando esta lacuna, este trabalho se propõe a analisar e contribuir para a ampliação da produção acadêmica sobre a temática.

Apenas a pesquisa “Avaliação por diferentes olhares: fatores que explicam o sucesso de escola carioca em área de risco”, de Cardelli e Elliot (2012), aborda a avaliação externa da educação básica associando-a à família, analisando as relações estabelecidas entre a comunidade escolar e os fatores que permitem que uma escola de ensino fundamental inserida em área de risco de uma escola pública do Rio de Janeiro apresente bom desempenho dos alunos nas avaliações nacionais e estaduais. Como resultado, indica que um dos fatores do bom desempenho dessa unidade escolar está associado à participação da família e da comunidade na vida escolar dos filhos.

A análise de documentos de política educacional observou que fazem menção à

participação da família na vida escolar de seus filhos, mas não há indicações sobre como essa participação deve acontecer, como também, não foram identificadas orientações de como as instituições devem se mobilizar para garantir essa participação.

De acordo com as definições da CF (1998), do ECA (1990) e da LDBEN (1996), as redes de ensino e as escolas têm o dever de apresentar aos pais/responsáveis a proposta de ensino desenvolvida na escola, contemplando os processos de avaliação externa que estão presentes no cotidiano das escolas brasileiras e, sobretudo, as públicas. O ECA (1990) artigo 53º, Parágrafo único, assegura que “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.” A LDBEN (1996), também, determina aos estabelecimentos de ensino a atribuição de informar os pais/responsáveis sobre “a execução da proposta pedagógica da escola” (Brasil, 1996, art. 12), sendo a avaliação externa parte dessa proposta, pois impacta nos processos de ensino-aprendizagem desenvolvido nas escolas, nos conteúdos a serem ensinados, nas formas de atuação da gestão e na autonomia do docente que é corrompida por uma perspectiva do foco no alcance de “resultados”, assim enfatiza Albino (2020, p. 1390) “enquanto os formuladores das políticas educacionais estiverem restritos a “fazer” esse trabalho, numa perspectiva de clausura racional com vistas ao alcance de estatísticas, estará se reduzindo a complexidade da prática educativa”.

As entrevistas semi-estruturadas, realizadas com 10 pais/responsáveis, buscaram conhecer a compreensão dos pais/responsáveis em relação às avaliações externas, se são mobilizados pela escola e governos em relação a esses exames, se os resultados das escolas na avaliações externas influenciam na definição da escola dos filhos, buscando revelar se suas percepções e expectativas são influenciadas por discursos hegemônicos sobre a educação. As entrevistas permitem uma exploração de perspectivas e experiências dos pais/responsáveis, coletando informações que não poderiam ser obtidas apenas por meio de documentos.

As entrevistas foram orientadas por um roteiro definido em três blocos: Bloco 1: Relação pais/responsáveis e escola; Bloco 2: Avaliações externas, Saeb/Idepe e Saepe/Idepe e; Bloco 3: Perfil dos pais/responsáveis. Esses três blocos vêm sendo analisados com a intenção de “confrontar as respostas dos participantes e identificar a existência ou não de padrões e de pontos de aproximação ou distanciamento entre os dados obtidos” (Guazi, 2021, p. 14). Após o processo de confrontamento das respostas,

as análises seguirão em três categorias: 1. Perfil dos responsáveis pelos alunos; 2. Relação entre responsáveis e escola; 3: Percepções dos responsáveis sobre as avaliações externas: Saeb, Ideb, Saep e Idepe, tais categorias irão colaborar com a seleção de algumas dimensões mais recorrentes nas falas dos entrevistados, colaborando com a interpretação das análises.

No momento atual, estão sendo analisadas as entrevistas semi-estruturadas, por meio da análise de conteúdo de (Bardin, 2011), com a utilização de uma análise sistemática para a interpretação dos significados contidos nas mensagens (Moraes, 1999). Esse processo vem sendo desenvolvido com o uso da triangulação de dados (Denzin; Lincoln, 2005), que consiste na combinação de metodologias diferentes para analisar o mesmo fenômeno, de modo a consolidar a construção de teorias sociais.

Considerações finais

A pesquisa indica a lacuna existente na literatura acadêmica sobre o envolvimento dos pais/responsáveis em relação as políticas de avaliações externas em larga escala no país. Os dados coletados até o momento indicam que, embora as políticas educacionais prevejam a participação da família no processo educacional, não há diretrizes claras sobre como essa participação deve ocorrer, especialmente no que se refere às avaliações externas. As entrevistas semi-estruturadas realizadas com os responsáveis de alunos do ensino fundamental de escolas públicas possibilitarão identificar diferentes compreensões e expectativas sobre esses processos avaliativos, buscando identificar se a participação e opinião das famílias é limitada ou pouco incentivada pelas instituições. Além disso, os resultados iniciais apontam que os discursos hegemônicos sobre qualidade da educação e desempenho escolar podem influenciar a visão dos pais/responsáveis sobre as avaliações externas.

Referências

ALBINO, Ângela Cristina Alves. Autonomia curricular na voz docente: significações políticas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 1381-1402, jul./set. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF, 25 de abr.2007.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. Campinas, SP: **Alínea**, 2012. p. 52-71.

OLIVEIRA, C. B. E., MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 27, 99-108. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

SILVA, Edva Emanuelle Gomes; SILVA, Givanildo. Avaliações externas e accountability como políticas de regulação da educação. **Dialogia**, São Paulo, n.45, p. 1-13, e23155, maio /ago. 2023.